

Esboço para a História da Esquerda no Brasil*

Antonio Ozaí da Silva**

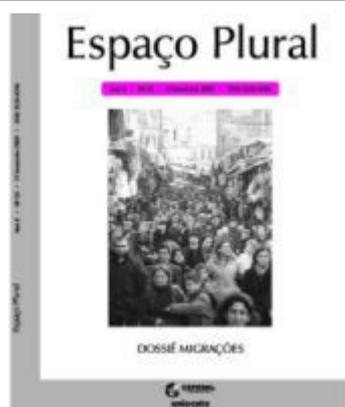
Resumo: O que é esquerda? É a partir dessa questão que analisamos, de maneira sintética, a trajetória da esquerda brasileira, das origens à formação do Partido dos Trabalhadores. A “era petista” inaugura uma nova fase para a militância dos movimentos sociais e da esquerda brasileira. Assim, na parte final, enfatizamos, sem a preocupação de concluir ou dar a palavra final, os dilemas e desafios do tempo presente. O objetivo é contribuir para o estudo e a reflexão sobre a história da esquerda brasileira e sua práxis na contemporaneidade. Nesta perspectiva, nos concentramos sobre a esquerda que se reivindica marxista e vinculada a esta tradição política e ideológica.

Palavras-chave: História, Política, Esquerda, Marxismo no Brasil, Partido dos Trabalhadores

Outline of the history of the left in Brazil

Abstract: What is left? It is from that question that we analyze, in a succinct way, the trajectory of the Brazilian left, from de origins to the beginning of the Workers' Party. The "Petista age" inaugurates a new phase for the militancy of social movements and the Brazilian left. Thus, in the end, we emphasize, without concern for conclude or give the final word, the dilemmas and challenges of the present time. The objective is to contribute to the study and reflection about the history of Brazilian and left its practice in contemporaneity. In this perspective, we focus on the left that is claimed marxist and linked to this political and ideological tradition.

Key words: History, Politics, Left, Marxism in Brazil, the Workers' Party



* Publicado originalmente em [Espaço Plural](#), revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, órgão de apoio do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon (PR), p.155-164. Agradeço aos responsáveis pela revista e, especialmente, aos professores Paulo José Koling e Méri Frotscher.

** **ANTÔNIO OZAÍ DA SILVA** é docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá; Doutor em Educação (USP) e editor da *Revista Espaço Acadêmico*, *Acta Scientiarum* e *Revista Urutúgua*. Email: aosilva@uem.br Blog: <http://antonio-ozai.blogspot.com>

1. O que é esquerda?

Não de hoje que a esquerda se divide em várias facções, tendências, ideologias, estratégias e táticas políticas mais ou menos radicais. A rigor é um equívoco referir-se a “a esquerda” no singular, pois não existe uma única esquerda, mas várias, no plural. Por outro lado, o conceito também não pode ser tomado de uma maneira estática e permanente. As forças políticas não existem em abstrato, enquanto ideologias suspensas no ar, mas interagem com os contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais de cada época. As palavras, enquanto conceitos que identificam ideologias e práticas políticas, também possuem conteúdo histórico e expressam significados diferentes com a evolução do tempo.

Assim, o termo “social-democrata” no século XIX e inícios do século XX, era sinônimo de revolucionário, isto é, dos que, pelo menos na retórica, tinham como objetivo fazer a revolução, extinguir a propriedade privada dos meios de produção e instaurar o socialismo. Não por acaso, os partidos operários da época, como o alemão e o russo, se denominavam social-democratas. Quando o Partido Operário Social-Democrata Russo, em seu segundo congresso, realizado em 1903, dividiu-se entre o grupo majoritário (bolchevique) e o minoritário (menchevique), ambos se consideravam parte do partido, ou seja, social-democratas. Porém, na medida em que as divergências no interior da social-democracia se aprofundaram e formaram-se grupos internos irreconciliáveis, o termo social-democrata também passou a ser questionado. Dessa forma, especialmente a partir da Revolução Russa de 1917, os revolucionários

fizerem questão de se distinguir da social-democracia, agora identificada com o reformismo, e passaram a se autodenominarem comunistas. Os partidos e organizações políticas que se constituíram em ruptura com a II Internacional seguiram o exemplo dos bolcheviques e passaram a se denominar Partido Comunista. Dessa forma, também procuravam se distinguir dos partidos socialistas, os quais eram identificados à social-democracia. Não foi por acaso, portanto, que uma das 21 exigências para o ingresso na III Internacional, a Internacional Comunista formada em 1919, era que os partidos membros adotassem o termo “comunista”.¹ Desde então, como escreveu Arnaldo Spindel, “socialismo e comunismo passam a significar, na prática, coisas bastante diferentes. Ainda que possuindo as mesmas bases teóricas, os movimentos socialista e comunista possuem visões de mundo divergentes e propostas de solução para os problemas da sociedade com poucos pontos em comum”.²

Se a esquerda é plural considerada em sua integralidade, também o é em campos ideológicos específicos como o marxismo. A obra original de Marx e Engels, assumida por seus seguidores, sofre as conseqüências inerentes à luta política, às diferentes interpretações, determinadas por conjunturas e atores

¹ A 17ª condição afirma: “todos os partidos aderentes à IC devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”. A mudança não é simples formalidade e, sim, de uma importância política considerável, para distingui-los dos partidos socialdemocratas ou socialistas, que venderam a bandeira da classe operária”. Ver CARONE, Edgar, “A Internacional Comunista e as 21 condições”, in **Gramsci e o Brasil**, disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109>, acesso em 09 de junho de 2008.

² SPINDEL, Arnaldo. O que é Comunismo. São Paulo, Brasiliense, 1982, p.121.

diferenciados. A obra transforma-se no dogma assumido, defendido, interpretado e reinterpretado, conforme as exigências históricas e as contendas entre os marxistas. Como há várias interpretações, isto é, uma multiplicidade de leituras do texto “sagrado”, a legitimidade do comentador e do comentado está sob disputa. O monopólio do comentário legítimo depende da derrota dos concorrentes. Aos de fora a “guerra de palavras” pode parecer insano, bizantino e risível, mas não são apenas “batalhas” pelo *discurso legítimo*: é o *capital simbólico* que se encontra sob fogo cerrado de todos os que almejam a legitimidade (autoridade) e o seu monopólio.³

Isto é potencializado pelo fato da teoria fundir-se à prática. Portanto, para compreender conceitos como comunismo e socialismo, é preciso ir além da história das idéias e verificar como estas foram incorporadas e reincorporadas pelo movimento real. É necessário, assim, estudar o movimento operário e as revoluções inspiradas no marxismo. Como afirma Hobsbawm,

O pensamento e a prática de Marx e dos marxistas posteriores são um produto do seu tempo, por mais que possam ser permanentes seu valor intelectual ou suas conquistas práticas. Portanto, devem ser analisados inserindo-os nas condições históricas em que foram formulados, ou seja, levando-se em conta tanto a situação na qual os

³ Ver BOURDIEU, P. *O discurso da importância – algumas reflexões sociológicas sobre o texto “Algumas observações de ‘Ler o Capital’*. In idem, *A economia das trocas lingüísticas: o que fazer quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 159-176.

marxistas tinham de agir e os problemas que dela derivavam...⁴

Embora única, a obra de Marx e Engels inspirou diversas interpretações e se desdobrou em múltiplas correntes políticas e teóricas, além de se constituir em referência para práticas profundamente contraditórias. Devemos considerar outros fatores como: a) essa obra contém impasses e limitações determinadas pelo contexto histórico – o que favorece ainda mais a diferenciação na interpretação; b) seus sucessores mais ilustres acrescentaram novos elementos teóricos que enriqueceram as análises originais, mas também, em alguns casos, representam questionamentos e graus variados de ruptura; c) a evolução do marxismo foi efetivada a partir de continuidades-descontinuidades; d) seu desenvolvimento também foi influenciado pelas particularidades nacionais; e) seu crescimento e a necessidade de responder aos dilemas colocados por conjunturas históricas diferentes – no tempo e no espaço – geraram inúmeras polêmicas que aprofundaram as leituras seletivas e, no extremo, levaram ao abandono de princípios anteriormente reverenciados.⁵

No transcorrer da sua trajetória o marxismo se dividiu em diversos matizes, até mesmo hostis. O próprio termo original sofreu modificações passando a ser acompanhado de qualificativos, os quais dependem da ótica de quem os utilizam e a quem se refere. No embate político-teórico se tornou comum o uso de denominações como o “verdadeiro marxismo”, o “falso”, o “estrito” e “amplo”, o “ortodoxo” e “revolucionário”, o

⁴ HOBBSAWM, Eric. J. (Org.) *História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.17.

⁵ Idem, p. 13-66.

“dogmático” ou “criador”. Como escreveu Haupt, há muito que o “marxismo” no singular foi substituído pelo plural: “marxismos”.⁶

Se na linguagem comum utilizamos as palavras “esquerda”, “marxismo” e “marxista” no singular, e ainda que o emissor do discurso não tenha consciência da complexidade ideológica e política sintetizadas em pronunciamentos como estes, a própria realidade social e política comprova o equívoco. Se é compreensivo tal referência, enquanto expressão da fala comum, o pesquisador não deve ater-se a ela. A rigor, é preciso apreender até mesmo a história da origem das palavras e analisar seu desenvolvimento posterior, isto é, a mutação e pluralidade dos seus significados, sendo que estes sempre encontram-se vinculados à práxis histórica.

A palavra “marxismo” não foi criada por Karl Marx. Ele recusou-se a classificar sua obra num rótulo e, categoricamente, afirmou: “Tudo que sei é que não sou *marxista*”.⁷ Georges Haupt, em “*Marx e o marxismo*”, analisa as origens dos termos marxismo e marxista e mostra sua evolução, da singularidade à pluralidade.⁸ Maurício Tragtenberg, em estudo sobre Marx e Bakunin, ressalta:

A origem do conceito “marxismo” pode ser encontrada nos calorosos debates entre os adeptos de Bakunin e Marx, onde os discípulos daquele que não se cansavam no

ardor da polêmica em alcunharem seus opositores como “marxistas” ou adeptos do “marxismo”. Engels vislumbrava que ta denominação – “marxismo” – poderia descaracterizar a obra de Marx, cuja preocupação fundante é a compreensão do movimento real, reafirmada por Marx em carta a Hyndman de 2 de julho de 1881. “No programa do partido é necessário evitar que ele surja como dependendo diretamente em relação a tal ou qual autor, tal ou qual livro” (em M. Rubel, op. cit., p.25).⁹

A esquerda marxista deve ser analisada em sua historicidade. Nessa perspectiva, “esquerda” e “marxismo” se referem a significados plurais que expressam diversidades próprias da práxis política humana em diferentes contextos. É possível, portanto, identificar uma esquerda autoritária, liberal, democrática, anarquista, marxista, etc. O mesmo pode-se afirmar quanto às ideologias que se assumem “de esquerda”. Nenhuma delas é homogênea: não há “o marxismo”, mas “os marxismos”; como também seria incorreto se referir ao anarquismo no singular, pois há vários anarquismos.

Constatada essa pluralidade, pode-se perguntar: por que a esquerda, desde as origens, sempre se apresenta dividida? Para tentar responder essa questão, tomemos como referência a trajetória da esquerda no Brasil, tendo claro que esta é também influenciada por fatores exógenos pertinentes à esquerda mundial, ao movimento comunista mundial. Enfocaremos as organizações e partidos políticos vinculados à tradição marxista.

⁶ HAUPT, Georges. *Marx e o marxismo*. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.) *História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 347-75.

⁷ RUBEL, M, “Marx Critique du Marxisme”, Paris, Payot, 1974, p. 21. Citado em TRAGTENBERG, Maurício, “Marx/Bakunin”, in CHASIN, j. (Org.), **Marx Hoje**, São Paulo: Ensaio, 1988, p. 195.

⁸ HAUPT, Georges, *Marx e o Marxismo*, op. cit.

⁹ TRAGTENBERG, Maurício, “Marx/Bakunin”, op. cit, p.195.

2. As esquerdas marxistas no Brasil

Ao contrário da Europa, onde os Partidos Comunistas surgiram em ruptura com a social-democracia, no Brasil o Partido Comunista forma-se a partir da adesão dos líderes anarquistas, como Astrojildo Pereira, às teses bolcheviques, sob a influência e impacto da Revolução Russa de 1917. É a conversão desses anarquistas ao ideário revolucionário soviético um dos principais fatores que permitiram a formação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922.¹⁰

O Partido Comunista se tornaria hegemônico no marxismo brasileiro e, por muito tempo, ser comunista significa essencialmente estar vinculado à vanguarda do proletariado, isto é, o Partido Comunista. Essa hegemonia, apesar das cisões ocorridas no final da década de 1920 e da configuração do trotskismo¹¹, só foi seriamente abalada nos anos 1960. Um dos acontecimentos que teve influência determinante para a ruptura do monolitismo político e a abertura de possibilidades para o fortalecimento de uma “nova esquerda” de cunho marxista foi o XX Congresso do PCUS, realizado em 1956. O historiador marxista Eric J. Hobsbawm,

em sua autobiografia, chamou a atenção para este fato:

Existem dois “dez dias que abalaram o mundo” na história do movimento revolucionário do século passado: os da Revolução de Outubro, descritos no livro de John Reed com esse título, e o XX Congresso do Partido Comunista soviético (14-25 de fevereiro de 1956). Ambos a dividem repentina e irrevogavelmente em “antes” e “depois”. Não posso imaginar nenhum acontecimento comparável na história de qualquer movimento ideológico ou político importante. Em poucas palavras, a Revolução de Outubro criou um o movimento comunista internacional; o XX Congresso o destruiu.¹²

O impacto desse acontecimento sobre o Partido Comunista do Brasil oferece a exata dimensão do quanto as palavras do renomado historiador corresponde à realidade da esquerda marxista-leninista neste período. Sob o impacto das revelações no XX Congresso do PCUS, a mentalidade arraigada pela ideologia marxista-leninista durante décadas entrou em crise. A tradição perdeu sua solidez ideológica. Abriu-se um período de crescente questionamento que fomentou o surgimento de uma “nova esquerda”.

Embora o Partido Comunista ainda mantivesse o *status* de principal força marxista, agora ele tinha a concorrência crescente de uma esquerda marxista e não-marxista, cujos espaços de atuação se ampliavam na conjuntura dos anos pré-64. O próprio PC passa por mudanças substanciais que resulta na autocrítica oficial do stalinismo e na revisão da linha política definida no IV Congresso (1954).

¹⁰ Ver DULLES, John W. F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; e, Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, Lisboa: Prelo Editora, 1976.

¹¹ Sobre as origens do trotskismo no Brasil ver: ABRAMO, Fulvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.), *Na contracorrente da história: Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1965)”, de KAREPOVS, Dainis e CASTILHO NETO, José Castilho Marques, in: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Marxismo no Brasil. Volume V, Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.103-155.

¹² HOBBSAWM, Eric. J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.226.

Este processo, iniciado pela crítica solitária de Fernando Lacerda e acelerado pelo impacto do XX Congresso do PC soviético, representou uma fase democratizante de contestação aberta dos valores e conceitos tidos até então como verdades inquestionáveis.¹³ Mas foi também um período onde a perplexidade inicial deu lugar à desilusão e à conseqüente sangria do partido: muitos, traumatizados pelo peso da herança stalinista, abandonaram a militância.

Na luta interna, o grupo dos “renovadores” foi isolado e Agildo Barata, um dos seus líderes, foi expulso; depois, foi a vez de acertar as contas com o “dogmatismo”, isto é, com o velho núcleo dirigente. Quando ocorreu a reunião do CC, em agosto de 1957, já estava configurada uma nova correlação de forças. O núcleo dirigente passou a ser composto pelo grupo baiano (Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Carlos Marighela), que bancou a manutenção de Prestes na secretaria-geral. A composição da Comissão Executiva foi modificada e seu controle passou para a fração agora majoritária. Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabóis e Sérgio Holmes, foram afastados dos seus cargos. Em março de 1958 ocorreu o complemento político que aprofundava este processo: a adoção da concepção do caminho pacífico para a revolução brasileira.¹⁴ A

¹³ Ver: SANTOS, Raimundo. *A Primeira Renovação Pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-57)*. Ou sua versão resumida, “*Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50*”, in: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al], *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 133-56 (vol. 1)

¹⁴ Sem abandonar o caráter etapista o PCB passava a defender que a revolução no Brasil se daria “pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do parlamento, no sentido de

aprovação desta política refletia a nova realidade estabelecida no CC.

O acerto de contas com a corrente assumidamente stalinista se daria no V Congresso do partido, realizado em agosto de 1960. Neste, foi reafirmada a linha política da *Declaração de Março* e, ao mesmo tempo, condenou-se o *Manifesto de Agosto de 1950*, considerado esquerdista, sectário e inconseqüente. Realizou-se a autocrítica da política do partido no período do segundo governo Vargas (1950-54), considerando-se equivocadas as resoluções do IV Congresso.

O V Congresso consolidou a derrota da ala “conservadora”. Este conclave retomou a bandeira da luta pela legalidade do partido. A Conferência Nacional de 1961, com o objetivo de facilitar a legalização e o registro dos estatutos na justiça eleitoral, decidiu mudar o nome do partido para **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. Isto representou a gota d’água que aprofundaria as divergências. A ala partidária crítica aos novos rumos protestou contra as mudanças e a supressão estatutária das referências ao marxismo-leninismo e acusou a direção de violar os princípios e as resoluções congressuais. Em inícios de 1962, os dissidentes foram formalmente expulsos. Então, realizaram uma Conferência Nacional Extraordinária, em fevereiro de 1962, e formaram o

fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo (...); através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais e pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do parlamento, das Forças Armadas e do Governo...”. Ver: “*Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)*”, in CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo, Difel, 1982 (vol. II), pp. 176-95.

Partido Comunista do Brasil (PC do B).¹⁵

Tanto o PCB quanto o PC do B reivindicam o legado de 1922.¹⁶ Trata-se da auto-affirmação da posse da tradição marxista-leninista e, portanto, de quem representa o partido revolucionário no Brasil. Sem dúvida, a concepção de partido vigente até então tem uma importante contribuição nisto. Até esta época, ser revolucionário era pertencer ao Partido Comunista reconhecido por Moscou; deixá-lo significava renegar a revolução.

E assim era tratada a esquerda que ousou trilhar outros caminhos opostos ao stalinismo. Esta esquerda ficara restrita basicamente a pequenos círculos de intelectuais e jovens estudantes trotskistas que, sob a influência e liderança de Hermínio Sacchetta, formaram o **Partido Socialista Revolucionário** (dissolvido em 1952) e a **Liga Socialista Independente**, de inspiração luxemburguista.¹⁷ O

¹⁵ O Comitê Central do PC do B, eleito nesta conferência, incluía oito membros remanescentes do CC do PCB. O controle do jornal **A Classe Operária** passou para o PC do B, sob a direção de Grabóis e Pedro Pomar. Uma das suas tarefas seria o trabalho pela reabilitação de Stalin.

¹⁶ Ver SALES, Jean Rodrigues, "Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas", in RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 60, Volume VI*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.63-103.

¹⁷ Por volta de 1956, vários intelectuais militantes, desiludidos com o bolchevismo, articularam a formação da *Liga Socialista Independente (LSI)*. Já então, o "velho" e – como carinhosamente era chamado Sacchetta – havia se convertido às idéias de Rosa Luxemburgo. Segundo o testemunho de Lowy, a LSI se restringia a um grupo de no máximo 20 pessoas, na maioria jovens estudantes. O único operário era um sapateiro de origem anarquista. Entre os seus organizadores estavam: Alberto Rocha Barros, Maurício Tragtenberg e os

trotskismo ainda sobreviveu com a organização do **Partido Operário Revolucionário (POR)**, de inspiração posadista.¹⁸ O **Partido Socialista Brasileiro (PSB)**, organizado por intelectuais da classe média¹⁹ sob o lema "Socialismo e Liberdade", representou outra alternativa crítica ao "marxismo-leninismo".

Além das dificuldades de inserção no movimento de massas, essa esquerda sofreu as agruras da cultura stalinista predominante na época. Um período em que ser crítico à URSS era sinônimo de traição, de contra-revolucionário, "lacaio do imperialismo" etc. Uma época em que chegou-se à aberração da oficialização da proibição de contatos "diretos ou indiretos com indivíduos trotskistas ou outros inimigos da classe operária".²⁰

Por outro lado, é importante ressaltar que a aceitação da crítica antistalinista não resultou automaticamente numa nova prática que superasse a anterior. Permaneceu a possibilidade desta se restringir a um formalismo, isto é, à aceitação formal de novos valores e

irmãos Emir e Eder Sader (além do próprio Sacchetta e Michael Lowy). Em 1960, Lowy e os irmãos Sader deixaram a LSI e se dedicaram à formação da *POLOP*. Ver: SACCHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992: pp. 81-82.

¹⁸ Sobre o POR e o trotskismo sugiro a leitura da excelente pesquisa "À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)", de Murilo Leal (São Paulo: Paz e Terra, 2003).

¹⁹ Entre os organizadores do PSB estavam: Fúlvio Abramo, Antônio Cândido, Aziz Matias Simão, Plínio Melo e outros. Ver: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, pp. 170-75 e pp. 387-410.

²⁰ Assim afirmava o artigo 13 dos estatutos do PCB, conforme relata Maurício Tragtenberg (in SACCHETTA, op. cit., p.159-60).

conceitos restritos ao âmbito teórico e discursivo. Mesmo porque, a tradição estava tão arraigada nos corações e mentes dos militantes que dificilmente poderia ser substituída de imediato pela simples adoção de um documento ou discurso autocrítico. Embora negada discursivamente, a tradição insiste em continuar presente, seja descaradamente seja sob formas sutis.

A autocrítica pecebista deve ser relativizada. Apesar de romper formalmente com o stalinismo manteve valores e conceitos teóricos que marcaram esta tradição. A concepção de partido predominante ainda referendava-se no passado; o partido também não conseguia exercer a democracia em sua plenitude; a exclusão política permanecia como método preferencial para dar término à luta de idéias: e as mudanças internas não colocavam em questão a teoria etapista da revolução brasileira.²¹

O PCB manteve a crença na potencialidade revolucionária da burguesia nacional e antiimperialista. Dentro do seu projeto político de impulsionar a revolução burguesa, nacional e democrática, as contradições

²¹ O controle do aparelho continuou sendo a máxima para forjar as “maiorias” e garantir a política dos dirigentes pró-soviéticos. Neste ponto, o depoimento da filha do legendário Prestes é esclarecedor. Diz ela: “Como é sabido, no 6º Congresso, realizado em 1967, da mesma maneira que no 4º, o que prevaleceu não foi a opinião da maioria dos militantes: ao contrário, diversas organizações que discordaram da orientação do CC foram dissolvidas e impedidas de se fazerem representar na plenária do congresso. Na verdade, continuaram os mesmos métodos, talvez um tanto liberalizados, de imposição de opiniões e ausência do debate democrático”. O próprio Prestes reconheceria estes desvios quando da sua cisão com a maioria. Ver: Anita Leocádia Prestes, *A que Herança os Comunistas devem renunciar?*, caderno, pp.21-2; e, Luís Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*, divulgada em maio de 1980.

de classes davam lugar à colaboração entre a burguesia e o proletariado que teriam o mesmo objetivo, ou seja, promover a industrialização e o desenvolvimento capitalista. Porém, a política populista, como política de colaboração de classes, não resistia à ascensão das massas populares que extrapolavam as estruturas criadas para contê-las. Sua crescente participação e mobilização elevava a politização dos trabalhadores do campo e da cidade.

Neste período, o movimento de massas se radicalizou. A mobilização nas cidades e no campo por melhores salários e pelas “reformas de base” envolvia mais e mais trabalhadores: crescia o número de greves, multiplicava-se a agitação no campo. A radicalização do movimento operário e camponês pressionava o governo a colocar em prática seu projeto nacionalista e reformista e, simultaneamente, fugia ao seu controle.

Diante desta realidade, as classes dominantes passaram a articular abertamente o golpe. O *Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)*, controlado pelo PCB, confiava nas tradições democráticas e nacionalistas das forças armadas e Goulart nutria confiança semelhante no seu dispositivo militar. A ilusão do poder caiu por terra quando os militares tomaram a iniciativa do golpe e impuseram a derrota política às forças de esquerda.

A despeito da cisão e da concorrência da esquerda marxista e não-marxista – PC do B, Ação Popular (AP), Política Operária (POLOP), Partido Operário Revolucionário (POR) e Liga dos Camponeses –, o PCB permaneceu enquanto força política predominante no movimento operário e social, atingindo seu apogeu no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Nessa condição, coube a ele a principal responsabilidade

pelos erros políticos cometidos. Incapaz de fazer uma autocritica da sua atuação, e ainda apegado às formulações etapistas dos anos 20, o PCB implodiu. A direção majoritária conseguiu se impor e manter a linha política adotada até então. Porém, o partido jamais se recuperaria das diversas cisões que sofreu. A “esquerda revolucionária” também não escapou ileso ao processo de fragmentação. Na segunda metade dos anos 1960, as organizações e partidos formados a partir de infindáveis cisões e fusões se multiplicaram. Esse processo ainda foi favorecido pela influência dos novos modelos revolucionários da revolução chinesa e cubana.²²

Os que se referenciaram no exemplo chinês, viram no campesinato a força determinante do processo revolucionário. O horizonte estratégico passou a ser o deslocamento para o campo – encarado como cenário fundamental da luta de classes – para, através de um trabalho político levado adiante pelo partido, criar o núcleo guerrilheiro, embrião do futuro exército popular. Ao mesmo tempo, adotaram o conceito da guerra popular prolongada.

A influência da revolução cultural, completaria este quadro. A Ação Popular, por exemplo, implementou a linha de “proletarização” e decidiu que seus militantes deveriam se ligar a uma atividade produtiva e viver como o proletariado. Essa política, além de criar situações embaraçosas e até pitorescas,

²² Duas obras que considero essenciais para compreender a política do PCB nestes anos, e também da esquerda marxista alternativa à sua hegemonia, são: “A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil”, de Daniel Aarão Reis Filho (São Paulo: Brasiliense, 1990); e “Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada”, escrita por Jacob Gorender (São Paulo: Ática, 1987).

tornar-se-ia um dos fatores geradores de dissidências internas. O esforço de implementação das teses chinesas repetia o equívoco da transposição mecânica de modelos e ainda era contrastado pela persistência da tradição stalinista.

No outro extremo, a negação da tradição stalinista traduziu-se na negação da organização em partido político. Este foi associado às infindáveis reuniões, à burocratização das direções, à prática tradicional considerada ineficaz. Privilegiava-se, então, a “prática”, entendida como atos e ações militares que colocassem a ditadura em xeque. Exaltava-se a iniciativa concreta, compreendida como fundamental e dever revolucionário. Esta prática se respaldava no princípio da autonomia tática, onde os grupos armados interpretavam, a seu modo, o que fazer. Esta concepção se fundamentava na interpretação da revolução cubana, numa dada leitura da teoria do foco. De novo, o modelo foi universalizado sem levar em consideração as particularidades inerentes à cada realidade específica.

As organizações políticas brasileiras influenciadas pelo foquismo também viam o campo como cenário privilegiado para a implementação da guerra de guerrilha. De fato, tanto os adeptos do maoísmo quanto do foquismo terminavam por se resumirem às ações guerrilheiras na cidade (com o objetivo inicial de angariar fundos para preparar a estrutura da guerrilha rural). A exceção ficou por conta da guerrilha do Araguaia que, mesmo derrotada, foi a que conseguiu maior grau de implantação e duração mais longa. Mesmo esta, porém, não conseguiu

romper o isolamento político e social.²³ A rigor, a tão propalada luta armada contra o regime militar não aconteceu. Na verdade, a esquerda armada nem teve tempo para desencadear esta luta: foi dizimada pelos órgãos repressivos.

Os revolucionários, isolados política e socialmente e numa conjuntura adversa, acreditavam sinceramente poder despertar as massas com o seu exemplo prático. Mas a realidade social e econômica destruía a utopia e tornava a rebeldia sem efeito. O ímpeto transformador da vanguarda não encontrava eco nas massas, em nome de quem eles dedicavam suas vidas. A prática militarista e a intensa onda repressiva, aliada à propaganda governamental, acentuaram o fosso entre a vanguarda e a massa. A vanguarda, embora bem intencionada, equivocava-se na interpretação da realidade concreta e substituía a necessária organização das massas por um determinismo fatalista. Por outro lado, a onda militarista minava o esforço das poucas organizações que buscavam priorizar o trabalho de massas. Consideradas excessivamente pacifistas (quase que comparadas ao PCB), estas organizações perderam quadros para aquelas que aderiam à luta armada e, internamente, eram pressionadas a adotarem essa perspectiva.

A conjuntura desfavorável à realização do trabalho legal, jogava água no moinho daqueles que priorizavam as ações militares, ainda que teoricamente defendessem o trabalho de massas. Além do mais, devemos considerar outros fatores adversos que impossibilitavam o aprofundamento do debate e impelia a esquerda à opção

militar: a clandestinidade (que dificultava os contatos políticos e as reuniões); o cerco repressivo; a necessidade de constituir uma estrutura mínima para a sobrevivência da organização; o ritmo desigual da luta interna; a referência em modelos externos, etc.

Contemporâneos de Guevara, das guerrilhas na América Latina e da guerra no Vietnã, a “esquerda revolucionária” não suportou os golpes desfechados pela repressão. Derrotada, iniciou o processo de autocrítica. A tentativa militarista se mostrara incapaz de responder aos dilemas da crise colocados pela falência política em 1964. Ao contrário, era acrescentado novos elementos que potencializavam o debate entre os marxistas.

Em resumo, a esquerda brasileira acentuou a divisão no período posterior ao XX Congresso do PCUS (1956) e, especialmente, com a derrota política imposta pela ditadura militar a partir do golpe de classe de 1964. Então, os marxistas brasileiros cindiram-se em diversos agrupamentos, organizações e partidos, muitas vezes efêmeros. Os que conseguiram sobreviver à sanha da repressão no período passaram, no Brasil e no exílio, à reflexão crítica e autocrítica.

A busca de novos caminhos indicou a necessidade da crítica à determinadas verdades instituídas e tidas como inquestionáveis pela geração de marxistas vinculados à tradição iniciada com a Terceira Internacional. Como atesta o historiador Daniel Aarão Reis, a fragmentação da esquerda brasileira nesse período

acabou impondo um resultado positivo: a derrubada do mito do monolitismo da representação política das classes populares, ou seja, a derrota do mito do partido

²³ Ver PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo: Global, 1986 (7ª ed.).

único, conceito que prepara e justifica a ditadura política contra o povo, embora exercida em seu nome, que é o que se tem visto nos processos de construção do socialismo.²⁴

A reorganização da esquerda

A emergência de novos personagens na cena social e política brasileira ofereceu o oxigênio necessário para a revitalização da esquerda que sobreviveu à perseguição e repressão do governo ditatorial.²⁵ O ascenso operário dos anos 1978-80 propiciou condições favoráveis para o crescimento da influência da esquerda marxista no interior do movimento sindical e popular. Essa esquerda, preponderantemente vinculada ao movimento estudantil, se fazia presente nos meios culturais, nas oposições sindicais, nos movimentos sociais (como o Movimento Contra o Custo de Vida e o movimento pela melhoria das condições de saúde na Zona Leste, em São Paulo, capital), na luta democrática pela anistia, etc. Atuando dentro e fora do MDB, essa esquerda estava dispersa mas em acelerado processo de reorganização.

Nesta dinâmica, que incluía o duplo esforço de superação autocrítico da política pré-64 e a do período da luta armada, vários núcleos da esquerda revolucionária levantavam a necessidade de construir um espaço político legal, desenvolvendo as primeiras articulações por um partido socialista. Outros ainda priorizavam o espaço clandestino, desdenhavam da

atuação política legal que o MDB proporcionava e defendiam o voto nulo.

Por outro lado, tanto o PCB como o PC do B e o MR-8 viam o MDB como um espaço privilegiado para a ação política e eram frontalmente contrários a qualquer proposta de construção de um novo partido. Para eles, isso representaria a divisão da frente democrática. Na verdade, como outros grupos menores que estavam fora do MDB, eles se autoproclamavam o partido do proletariado e, imaginavam retomar o papel dirigente e hegemônico do proletariado tão logo as condições políticas se modificassem. Outra alternativa era a social-democrata representada por um trabalhismo que se pretendia “novo” e “moderno”. Essa tradição se vinculava à liderança de Brizola, o qual, no exílio, havia se aproximado da *Internacional Socialista*.

A autocrítica de parcela desta esquerda indicaria o caminho a percorrer: *ir ao povo*, ligar-se a ele. Eder Sader relata a indignação de um militante diante de outro companheiro que, num congresso de uma determinada organização marxista realizado em 1980, afirmava: “Você trocou Lênin por Paulo Freire!”. Embora pareça bizarro, esse diálogo expressa a realidade de uma esquerda fragmentada e dispersa, cujo esforço de reorganização incluía as ações de pequenos grupos de militantes na periferia de São Paulo, às vezes no interior das estruturas da Igreja Católica, às vezes em iniciativas autônomas. Em muitos casos, eram militantes desgarrados e dispersos que, individualmente, buscavam novas formas de ligação com o povo – inclusive com a formação de núcleos de educação popular sob a inspiração do método de alfabetização de adultos de

²⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.16.

²⁵ Ver SADER, Eder. *Quanto os novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Paulo Freire.²⁶ Nesse contexto, autores até esquecidos ou secundarizados eram resgatados. No exemplo citado, o autor de cabeceira do militante não era Paulo Freire, mas Antônio Gramsci, “cujas teses sobre a cultura popular e sobre o partido como intelectual coletivo pareciam abrir outras pistas para uma prática política”.²⁷

O fator decisivo nesse processo foi, sem dúvida, as greves que, iniciadas pelos metalúrgicos do ABCD, estenderam-se a outras categorias e regiões. Ao colocar-se em movimento, a classe trabalhadora atuara como catalisadora da luta democrática, passando a imprimir um conteúdo classista.

A formação do PT: a síntese possível entre o “velho” e o “novo”

Embora entrasse em conflito com outros grupos fundadores do PT, a esquerda marxista – principalmente os grupos trotskistas – foi reconhecidamente uma das forças que contribuiu de forma significativa para que o partido se tornasse realidade. Em muitas regiões, como por exemplo, no nordeste, ela foi a principal promotora e incentivadora da proposta do PT. Sua experiência teórico-prática, acumulada nos anos de luta contra a ditadura, permitiu-lhe influir decisivamente nos embates político-ideológicos em torno da construção e dos rumos iniciais do PT.

É importante ressaltar, porém, que essa matriz é profundamente heterogênea na sua concepção sobre o projeto de construção do PT: entre os que aderiram desde o início há os que viam-no como uma “frente classista”, com possibilidade de se transformar no partido estratégico da revolução brasileira; outros como uma “frente de esquerda” ou uma frente ampla popular

contra a ditadura militar, que poderia cumprir uma função tática fundamental – estes continuavam a conceber suas próprias organizações e grupos como o partido revolucionário ou como o embrião deste.

A *Convergência Socialista (CS)* está entre as organizações que aderiram ao PT desde os primeiros momentos estava.²⁸ Outra organização que esteve presente no processo de formação do PT foi a *Democracia Socialista (DS)*, conhecida pelo jornal *Em Tempo*.²⁹ O *Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)*, o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)*, a *Ala Vermelha (AV)*, a *Ação Popular Marxista-Leninista (APML)* e outros grupos menores, viam o PT como um partido tático, ou seja, não comungavam da crença de que ele pudesse vir a ser o partido revolucionário. Outros decidiram se diluir no interior do PT, por considerarem-no potencialmente revolucionário. Entre os que se posicionaram frontalmente contrários à proposta de formação do PT, apesar de acabarem aderindo ao mesmo, estava a *Organização Socialista Internacionalista (OSI)*, também

²⁸ Sobre as origens e evolução da CS, ver: SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. São Paulo, edição do autor, 1987, pp.184-90.

²⁹ Formado em 1977, como uma frente jornalística com a participação de vários grupos da esquerda e de marxistas independentes, o *Em Tempo* terminaria por se transformar no portavoz da DS e, posteriormente, seu órgão oficial dentro do PT. A DS foi fundada em dezembro de 1979, a partir da fusão dos grupos *Centelha (MG)* e da *Tendência Socialista do MDB (RS)* e com a adesão de militantes oriundos do *Partido Operário Comunista (POC)* – este, surgido da unificação da *POLOP* com a *Dissidência Leninista* do Rio Grande do Sul.

²⁶ Idem, p.167.

²⁷ idem, ibidem.

conhecida como *Liberdade e Luta (Libelu)*.³⁰

A imprensa alternativa cumpriu um papel fundamental no sentido de dar visibilidade às propostas da esquerda marxista. Um exemplo desta fase foi o *ABCD Jornal*. Formado em 1975 por um coletivo de jornalistas da esquerda e restrito à região do ABCD paulista, ele contou com a participação de militantes de várias organizações (inclusive do *MEP*, *AV* e *CS*) e desempenhou a função de ligação com os sindicatos e os operários, vindo a angariar simpatia e apoio entre eles e a ter uma atuação importante nas greves de 1978-80.³¹

Em sua maioria, essas organizações eram pequenos coletivos de origem estudantil, principalmente do meio universitário. O PT oferecia-lhes uma excelente oportunidade de desenvolverem uma atuação mais efetiva e de ampliar a influência junto aos trabalhadores e às suas lideranças. Embora numericamente reduzidos esses grupos tiveram um bom desempenho político. Sua capacidade de ação era potencializada pelo fato de serem bem articulados, com uma estrutura

centralizada que condensava e amplificava seus esforços. Também contribuía a experiência e a formação política-ideológica forjada nas intermináveis polêmicas entre as diversas vertentes marxistas. Eles tiveram ainda outra função fundamental: contrabalançar a influência dos setores que concebiam o PT como um projeto meramente institucional de disputa eleitoral.

A riqueza ideológica no interior do PT foi potencializada pela participação e apoio dos setores progressistas e populares vinculados à Igreja Católica (militantes de pastorais, das CEBs, dos movimentos de bairro etc.); pela contribuição de intelectuais acadêmicos e pela adesão de parlamentares oriundos do MDB. Nesse processo, os sindicalistas foram os principais componentes que permitiram ao PT evoluir como um partido de massas vinculado aos trabalhadores e incorporando dezenas e centenas de novos militantes ao seu projeto.

3. Dilemas e desafios contemporâneos

A formação do Partido dos Trabalhadores inaugura uma nova era na trajetória da esquerda brasileira. Embora o PT incluía em sua formação a participação, nos mais variados graus, de setores da esquerda marxista, sobretudo o marxismo vinculado à tradição trotskista, será o setor identificado e organizado em torno de Lula e do chamado “novo sindicalismo” (ou “sindicalismo autêntico”) que se tornará hegemônico.³² Na verdade, o

³⁰ Esta posição foi modificada por sua I Conferência Nacional, realizada em fevereiro de 1980. Então a OSI concluiu que o PT, apesar de nascer como uma articulação dos agentes da burguesia no interior do movimento operário, não evoluiu como “ pilar da ditadura” devido “a força motriz de sua articulação” ter sido “a luta dos trabalhadores e não os partidos burgueses nem a ditadura militar”. Ver “Apêndice à Resolução” do III Congresso da OSI. In: *A Luta de Classe*, nº 2, set. 1979, p.27.

³¹ Essa época foi muito fértil para a imprensa operária e popular. Além do *ABCD Jornal* e do *Em Tempo*, já citados, temos o surgimento de uma imensidão de jornais e revistas regionais, estaduais ou mesmo com pretensões nacionais. Um excelente trabalho sobre este tema foi escrito por KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, novembro de 1991.

³² A organização da “Articulação dos 113”, inclusive com a incorporação de setores marxistas, como foi o caso dos militantes oriundos da Libelu (Corrente “O Trabalho” do PT), foi fundamental para a hegemonia do lulismo-sindicalismo no PT. Ver SILVA, Antonio Ozai da, “História das Tendências no

caráter da “novidade” precisa ser melhor analisada. Com efeito, o que se denominou “novo sindicalismo” surgiu no interior da velha estrutura sindical varguista e atrelada a esta. Os “sindicalistas autênticos” aliaram-se às oposições sindicais e movimentos sociais em defesa da autonomia sindical e por um sindicalismo atuante e de base, processo esse que resultaria na formação e fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Limitados, contudo, pela própria condição e vínculos com a estrutura sindical corporativista criada por Getúlio Vargas. Sua trajetória no interior da CUT, bem como dos sindicatos que passou a dirigir com a vitória das oposições, expõe nitidamente suas limitações – deve-se, ainda, considerar as relações com o partido.³³

A hegemonia do PT na esquerda brasileira atualizou velhos temas, dilemas e desafios da experiência social-democrata e comunista em contextos e espaços históricos diferenciados. Não se trata de fazer analogias simplistas, nem de transplantar a análise da práxis política historicamente delimitada para a realidade específica da sociedade brasileira. Não obstante, há semelhanças.³⁴ Nem se trata de afirmar qualquer determinismo *a priori*, como se o desenlace já estivesse inscrito nas origens do próprio partido. Como a

Brasil” e a dissertação de mestrado “*Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*” (PUC/1998), orientada por Maurício Tragtenberg.

³³ A obra de Eder Sader (1988), já citada, expõe bem o caráter e as origens dessa corrente sindical que hegemonizou o PT e a esquerda brasileira.

³⁴ Ver KECK, Margareth E. PT. A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

social-democracia européia, o PT transitou entre a negação da ordem e a adaptação à mesma, entre o conflito e a integração, entre a tradição e a ruptura.³⁵

Nascido no interior da ordem social burguesa capitalista, e de acordo com as exigências da legislação política partidária da época (*LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos*), se afirmou como uma organização política crítica à ordem, mas, simultaneamente, limitado pelos vínculos legais e pelo jogo político eleitoral pertinente às instituições do Estado (legislativo e executivo). Ao aceitar jogar o jogo político das eleições burguesas, ainda que mantivesse uma postura crítica inicial, se viu diante dos mesmos dilemas vivenciados pela social-democracia clássica. Trata-se da atualização, no contexto de um país economicamente atrasado e que carrega a herança do passado colonial e escravista, do “debate Bernstein” sobre a prática reformista do partido e sua retórica socialista, entre a integração e a negação da ordem social capitalista. Reforma ou revolução?

Trata-se, na criativa expressão de Maurício Tragtenberg, do “dilema da estrela”. Nos idos de 1988, ele analisou as tendências políticas presentes no interior do PT e concluiu que, se

³⁵ Dado às limitações e caráter do artigo, não poderei me estender na análise. Sugiro a leitura da obra de Mauro Luis Iasi, “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento” (São Paulo: Expressão Popular, 2006), e “Partido de Massas e Partido de Quadros: a Social-Democracia e o PT” (São Paulo: CPV, 1996), de minha autoria. Sobre a social-democracia européia e sua relação com a ordem social capitalista, há uma bibliografia imensa. Destaco “Capitalismo e Social-Democracia”, de Adam Przeworski (São Paulo: Companhia das Letras, 1989) e, claro, a obra de Rosa de Luxemburgo, “Reforma social ou revolução” (São Paulo: Global, 1986).

prevalecesse a tendência hegemônica (*Articulação*), o partido se definiria “como um vasto partido de trabalhadores com caráter de massa”, num “estilo social-democrático de atuação política”. Porém, frisava Tragtenberg, isto não significaria “mera cópia de modelos europeus”.³⁶

Como escrevi em outra oportunidade, o “dilema da estrela” é, antes de tudo um dilema prático objetivo.³⁷ A trajetória do PT confirma a resolução do dilema. Quase numa repetição trágica do caminho social-democrata, à medida que o partido credenciou-se eleitoralmente, mais facilmente ele foi “ocupado” por um leque de militantes cujos interesses predominantes passou a ser a disputa por cargos no executivo e no parlamento (municipal, estadual e nacional). A geração que aderiu ao partido a partir da segunda metade da década de 1980 é fruto dessa dinâmica eleitoral e constituiu a base social de sustentação dos setores que, de maneira consciente, passaram a priorizar a luta institucional. A estratégia eleitoralista foi aprofundada na década de 1990, com o crescimento eleitoral e a vitória em prefeituras importantes e governos de Estado, e, ainda com a ampliação da bancada legislativa nos planos federal, estadual e também nas câmaras municipais. A partir de então, o PT passou a perseguir o objetivo central, ao qual tudo o mais foi subordinado, de eleger o companheiro presidente Lula da Silva.

Essa dinâmica acentuou o peso da institucionalidade e produziu transformações fundamentais na vida

³⁶ Ver TRAGTENBERG, Maurício, “O dilema da estrela: branca ou vermelha”. São Paulo, **Jornal da Tarde**, 17.12.1988.

³⁷ Ver SILVA, Antonio Ozaí da, *Partido de Massas e Partido de Quadros: a Social-Democracia e o PT*, op. cit., p.163 e segs.

interna, perfil e na relação do partido com os movimentos sociais e o sindicalismo. A pressão do aparato institucional acelerou o processo de burocratização da organização e esta se tornou mais importante do que os objetivos para os quais foi originalmente criada. A organização meio se transforma no fim, e todos os esforços são direcionados para preservá-la, pois a ela estão vinculados os interesses materiais de muitos, vale dizer, a própria sobrevivência econômica e o *status* de parcela importante dos seus funcionários e militantes profissionalizados. Por outro lado, a hegemonia política do setor burocrático e parlamentar, incluindo-se os cargos no executivo em todos os níveis, terminam por influenciar determinadamente os seus rumos e, na medida em que esta influência passa a predominar, o partido se transforma num “partido de quadros” no sentido burguês. A direção, enfim, autonomiza-se da base social que lhe sustenta, para se apoiar nesta apenas em momentos específicos – como as eleições internas – ou para manter os privilégios e cargos eleitorais. A militância de base legítima e se reduz ao papel de “cabo eleitoral”, com a promessa de também ascender e receber a recompensa em termos empregatícios ou a possibilidade de vir a se tornar candidato – para as eleições internas e/ou externas – numa posição subalterna, mas que garante a perspectiva de ascensão.

O ciclo se fecha com o conseqüente abandono dos princípios programáticos e da radicalidade presente na práxis política dos primeiros anos. O discurso é adaptado às novas circunstâncias e o partido procura afastar-se de qualquer aspecto que lembre o radicalismo dos primeiros tempos. O discurso passa a ser *propositivo* e abrangente, direcionado às várias classes e grupos

sociais, embora setores minoritários no partido insistam na retórica socialista. O coroamento desse processo, a eleição do senhor Lula da Silva à presidência da república do Brasil, pressupôs dois movimentos internos estritamente vinculados e interdependentes: o afastamento e/ou domesticação das tendências, grupos e indivíduos identificados com a tradição comunista; e, por outro lado, a aprovação e a prática de uma política de alianças cada vez mais ampla. Os adversários e inimigos de ontem se tornam os “amigos” potenciais; e os aliados do passado passam à oposição e, enquanto tais, devem ser descartados, expulsos e ou anulados internamente. É a vitória do conservadorismo político que se afirma.³⁸

Se o PT tinha aspectos classistas em seu processo constitutivo, ele não se arvorou enquanto partido revolucionário – no sentido leninista –, embora estivesse presente em seu interior correntes políticas que alentaram o sonho de que ele viesse a ser o partido estratégico da revolução brasileira. O PT involuiu na direção oposta. É difícil até mesmo observar resquícios do reformismo típico da social-democracia clássica, já que, em nossas condições sociais e econômicas, e dada a cultura política das elites, a mínima reforma, aos seus olhos, adquire o espectro “monstruoso” da revolução. A estratégia eleitoralista se traduziu numa espécie de melhorismo e o PT, em especial, com o envolvimento nos escândalos recentes, deu adeus ao partido em sua versão original. As instituições, como os seres humanos,

³⁸ Ver “A persistência do conservadorismo político”, publicado na **Revista Espaço Acadêmico**, nº 49, junho de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/049/49pol.htm>

nascem, se desenvolvem, envelhecem e morrem. Pode parecer óbvio afirmá-lo, mas aquele PT não existe mais. Ainda que setores em seu interior continuem acreditando e sonhando com o resgate das origens e, embora presos até a medula com o processo de burocratização do partido, ainda mantenham a retórica socialista para consumo interno e/ou externo. Não obstante, o que escrevi em 2005, apesar de superada a crise do “mensalão”, se mantém atual:

Até quando os que assumem uma dimensão política e utópica vinculada ao socialismo e à transformação da sociedade se reconhecerão no partido? Nós, os que dedicamos anos da nossa vida a este projeto político, quicá, os melhores anos, nos entristecemos e temos a alma dilacerada pelo que vimos. Fica-nos a sensação de que também somos responsáveis pelo que está aí. Mas não! Se alguns venderam a alma e se corromperam ao compartilharem os podres poderes, não podem falar em nosso nome. O projeto deles é outro! O PT deles nada tem a ver com aquele partido pelo qual lutamos e sonhamos. O PT *realmente existente* é negação do PT das origens. O PT de hoje persistirá como um espectro tragicômico do PT que um dia existiu e que representava a utopia. As instituições não são eternas. Adeus PT!³⁹

³⁹ Ver “Adeus PT” in: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 50, julho de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol.htm>. E, também: “Aos (ainda) petistas!”, **REA**, nº 51, agosto de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/051/51pol.htm>; e, “A crise da esquerda: para onde vamos?”, **REA**, nº 53, outubro de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/053/53pol.htm>

É o velho mito do retorno às origens que a esquerda alimenta. Nesse sentido, o que dizer dos que, diante da involução política do PT, construíram organizações e partidos políticos alternativos e em oposição? Uma análise aprofundada sobre estes exige outro artigo. Resumidamente, porém, podemos observar alguns aspectos. Em primeiro lugar, devemos atentar para o fato dessa esquerda representar uma geração que apostou no projeto político petista e cutista e, enquanto tal, foi derrotada. É uma parcela da esquerda brasileira que, em maior ou menor grau, também sofreu as conseqüências da queda do muro de Berlim e a desintegração da URSS.⁴⁰

Essa esquerda tem origens diversas, em consonância com a pluralidade e diversidade da matriz marxista em sua trajetória histórica. Sua unidade, a rigor, é muito mais fundada na crítica comum ao PT. Em alguns casos, se apresentam divididas internamente, resultado da incorporação de diversos setores que romperam com o PT; e, externamente, concorrem entre si. Em sua maior parte se mantém vinculada à concepção de partido cuja matriz é a obra “*Que fazer?*”, de Lenin⁴¹ (escrita em 1902) e as teses e resoluções da Internacional Comunista em seus primeiros congressos. Compartilham, em geral, a ortodoxia, ainda que a interpretem de maneira diferenciada e segundo os

⁴⁰ É certo que essa esquerda, sobretudo os setores trotskistas, eram críticos ao chamado “socialismo realmente existente”. Não ficou, porém, incólume à crise instaurada pela falência desse modelo, o qual, para o bem ou para o mal, está vinculado à tradição comunista e se impõe como referência. Analisamos o impacto desses acontecimentos sobre a esquerda brasileira na dissertação de mestrado citada (PUC, 1998).

⁴¹ Ver LENIN, V. I. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

interesses políticos específicos.⁴² Trata-se de uma concepção vanguardista de partido que termina por legitimar uma visão autoritária do socialismo, um socialismo de Estado.

Parcela considerável dessa esquerda, se considerada nacionalmente, não tem peso eleitoral consolidado e expressão de massas capaz de desafiar a predominância petista. Embora crítica da estratégia eleitoralista do PT, ela também se vê ante o dilema de negar a ordem burguesa e aceitar participar das suas instituições, disputando eleições e o aparato do Estado. Na medida em que aceita jogar o jogo eleitoral, ela persegue os mesmos caminhos trilhados e criticados pela esquerda da qual se desgarrou. A seu modo, isto é, sob a retórica radical e revolucionária, também atualiza os desafios expressados pela necessidade da reforma e a afirmação da revolução.

Em maior ou menor grau, essa esquerda afirma o resgate da tradição marxista, refazendo o eterno retorno às origens, mas com a desvantagem de atuar numa conjuntura de derrota política de uma geração, num contexto de descenso do movimento operário e dos movimentos

⁴² Maurício Tragtenberg, na introdução à obra *Marxismo Heterodoxo* (São Paulo: Brasiliense, 1981, p.7), organizada por ele, afirma: “Definimos marxismo heterodoxo uma leitura de Marx não regida pelos moldes “ortodoxos” definidos pelo chamado “marxismo-leninismo-stalinismo” ou “marxismo-leninismo-trotskyismo”, que fundamentam as análises dos PCs vinculados ao modelo da URSS e fundamentavam até a pouco as análises dos integrantes da IV Internacional antes da sua divisão em três correntes e posterior subdivisão em duas tendências. O “marxismo heterodoxo” coloca em discussão dogmas aceitos acriticamente pelos militantes e teóricos dialéticos, especialmente a noção de “ditadura do proletariado (...). O marxismo heterodoxo coloca em discussão a noção do Partido hegemônico”.

sociais. Parte dela não consegue ir além do isolamento sectário, expressando uma espécie de “consciência crítica” em relação às demais forças políticas, fora ou dentro do PT. Ela vive o paradoxo de se considerar a vanguarda do proletariado, mas não ser reconhecido por ampla parcela deste como a sua direção. Nestas condições, e diante da necessidade de auto-afirmação, numa conjuntura de desmobilização do movimento social, há a tendência ao maniqueísmo, a ver-se como a expressão da revolução objetivamente colocada pela relações de produção capitalista e, assim, a desenvolver o sectarismo e a intolerância própria dos que se consideram os redentores da humanidade e não reconhecem a pluralidade dos marxismos. E, assim, tende a se alimentar de maneira autofágica das dissensões internas e externas, mas no campo da esquerda marxista. Revelam, dessa forma, extrema dificuldade para a renovação dos quadros dirigentes e crescimento em número de militantes. Na verdade, isso não chega a ser um grande problema, pois como vanguarda imaginam que o mais importante é se credenciar para assumir a direção da revolução, quando os ventos mudarem e forem favoráveis; para parcela dessa esquerda, aliás, o problema central é a crise de direção e tudo se explica pela “traição das direções”.

A esquerda marxista que se formou em ruptura com o PT cumpre, contudo, um papel importante na medida em que aglutina os descontentes, os eternos rebeldes e a militância crítica que não se rendeu ao canto da sereia que aprisionou o PT e a CUT. O risco é repetir os mesmos equívocos, pois insiste em caminhos já por demais conhecidos.

4. Concluindo?

O objetivo deste trabalho foi contribuir com os interessados em pesquisar e estudar o tema por interesse acadêmico e/ou militância. Neste sentido, as referências bibliográficas indicam possíveis caminhos que, certamente, levarão a outros. A partir do que foi esboçado, é possível delinear vários temas e “objetos de pesquisa” que merecem aprofundamento. A minha esperança é que isto estimule eventuais interessados em seguir essa trilha. Não tive a intenção de oferecer respostas, mas pistas que possam ajudar nesta caminhada.

O reconhecimento da diversidade da esquerda, contudo, parece-me um bom ponto de partida. É preocupante que a cultura autoritária, sectária e intolerante ainda persista no campo da esquerda, apesar da sua visível pluralidade desde as origens e de toda a experiência acumulada. Também é intrigante a persistência do maniqueísmo típico da guerra fria, o qual divide o mundo entre “nós” e “eles”, o bem e o mal. Depois de tudo o que foi feito em nome da utopia redentora da humanidade por homens e mulheres de boa vontade, e que produziram regimes políticos como o stalinismo, parece-me que devemos reconhecer a complexidade da ação política humana e a necessidade de rediscutir os meios e os fins. Será possível atingir bons fins com meios que os negam? A reflexão sobre os dilemas e desafios contemporâneos da esquerda brasileira e mundial pressupõe um olhar crítico sobre a práxis política, derrotas e realizações, necessário para pensarmos os rumos a serem trilhados por aqueles que, apesar de tudo, ainda acreditam que um outro mundo é possível.